

12.3 — As listas dos candidatos admitidos e excluídos e de classificação final serão afixadas para consulta na Secretaria-Geral, na morada abaixo indicada, sem prejuízo dos demais meios de publicação aplicáveis, nos termos dos artigos 33.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — Formalização das candidaturas:

13.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, redigido em papel branco, normalizado, nos termos do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, dirigido à secretária-geral do Ministério da Justiça, podendo ser entregue pessoalmente no serviço de expediente da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, sita na Rua do Ouro, 6, 1149-019 Lisboa, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos, ou remetido pelo correio, registado com aviso de recepção, em envelope fechado, com a referência «concurso interno de acesso geral para a carreira técnica profissional, categoria de técnico profissional especialista, área funcional de recursos humanos», até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

13.2 — No requerimento de admissão deverão constar obrigatoriamente os seguintes elementos:

- Identificação completa do concorrente (nome, filiação, número e validade do bilhete de identidade e serviço que o emiteu, número de identificação fiscal, residência, código postal e telefone para contacto);
- Habilitações literárias;
- Identificação do lugar a que se candidata, com indicação da referência à área funcional a que se candidata, número do aviso e número e data do *Diário da República* ou número de registo na BEP em que o mesmo é publicado;
- Identificação da categoria detida e área funcional onde exerce funções;
- Identificação dos documentos que acompanham o requerimento de admissão ao concurso.

13.3 — O requerimento de admissão é obrigatoriamente acompanhado dos seguintes documentos:

- Curriculum vitae* actualizado, datado e assinado, do qual conste a experiência profissional, com indicação das funções mais relevantes para o lugar a que se candidata e de quaisquer outros elementos que o candidato entenda indicar para a apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal;
- Fotocópia do bilhete de identidade;
- Fotocópia simples de documento autêntico ou autenticado das habilitações literárias;
- Declaração emitida pelo serviço ou organismo de origem da qual conste de forma inequívoca a natureza do vínculo à função pública e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, expressa em anos, meses e dias;
- Declaração emitida pelo serviço ou organismo de origem onde foram exercidas as funções com descrição das tarefas e responsabilidades cometidas ao funcionário;
- Documentos comprovativos da formação profissional, com indicação da duração das acções de formação, bem como da entidade que as promoveu;
- Fotocópias completas das fichas de notação/avaliação de desempenho reportadas aos últimos três anos de serviço classificados;
- Outros documentos comprovativos das situações invocadas pelos candidatos e susceptíveis de influírem na avaliação ou que constituam motivo de preferência legal.

13.4 — Os candidatos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça estão dispensados da apresentação dos documentos referidos nas alíneas b), c), f) e g) do número anterior desde que os mesmos se encontrem arquivados nos respectivos processos individuais e desse facto façam menção no próprio requerimento.

13.5 — O júri poderá exigir a qualquer candidato a apresentação de documentação comprovativa das suas declarações.

13.6 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

14 — O júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente — Licenciada Maria Eunice Sá Couto Teixeira, técnica superior principal.

Vogais efectivos:

- Licenciada Carla Santos Guerreiro, técnica superior de 2.ª classe, que substitui a presidente nas suas faltas e impedimentos.
- Maria Manuela Martins Conceição, chefe de secção.

Vogais suplentes:

- Maria Assunção Caxias Silveiro Valente, técnica profissional especialista principal.

2.º Maria da Anunciação Rego M. A. P. Cracel, chefe de secção.

27 de Dezembro de 2005. — Pela Secretária-Geral, a Secretária-Geral-Adjunta, por delegação, *Helena Borges*.

Despacho (extracto) n.º 827/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 29 de Dezembro de 2005:

José Joaquim Damas Bacalhau, assistente administrativo principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça — nomeado, precedendo concurso, para a categoria de assistente administrativo especialista do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, ficando posicionado no escalão 1, índice 269. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2005. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Despacho (extracto) n.º 828/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 29 de Dezembro de 2005:

Ana Cristina Napoleão Franco Paredes, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça — nomeada, precedendo concurso, para a categoria de assistente administrativo especialista do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, ficando posicionada no escalão 1, índice 269. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2005. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Despacho (extracto) n.º 829/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 29 de Dezembro de 2005:

Ana Isabel Gomes de Sousa Santos Veiga, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Instituto Português da Juventude — nomeada, precedendo concurso, para a categoria de assistente administrativo especialista do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, ficando posicionada no escalão 1, índice 269. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2005. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Despacho (extracto) n.º 830/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 2 de Janeiro de 2006:

Rosa Laurinda Paço Oliveira Simões, técnica superior de primeira do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais — nomeada, precedendo concurso, para a categoria de técnico superior principal, do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, ficando posicionada no escalão 1, índice 510, produzindo efeitos à data do presente despacho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Janeiro de 2006. — Pela Secretária-Geral, a Secretária-Geral-Adjunta, *Helena Borges*.

Despacho (extracto) n.º 831/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 29 de Dezembro de 2005:

Águeda de Jesus Gomes, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça — nomeada, precedendo concurso, para a categoria de assistente administrativo especialista do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, ficando posicionada no escalão 4, índice 316, nos termos do disposto no artigo 17.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2006. — Pela Secretária-Geral, a Secretária-Geral-Adjunta, por delegação, *Helena Borges*.

Despacho (extracto) n.º 832/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 29 de Dezembro de 2005:

Aldina Rebelo Correia, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça — nomeada, precedendo concurso, para a categoria de assistente administrativo especialista do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, ficando posicionada no escalão 4, índice 316, nos termos do disposto no artigo 17.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2006. — Pela Secretária-Geral, a Secretária-Geral-Adjunta, por delegação, *Helena Borges*.